



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2018**

## Balço em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária: Euros	
		Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	23 335 919,01	23 495 220,99
Ativos intangíveis	6	120 344,84	112 874,00
Investimentos financeiros	2	44 895,17	28 494,77
Soma		23 501 159,02	23 636 589,76
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	460 679,45	430 578,61
Créditos a receber	8	5 199 513,88	2 676 207,64
Estado e outros entes públicos	9	87 783,71	107 509,83
Outros ativos correntes	10	1 958 530,97	1 354 771,81
Caixa e depósitos bancários	11	242 532,81	347 478,83
Soma		7 949 040,82	4 916 546,72
<b>Total do Ativo</b>		<b>31 450 199,84</b>	<b>28 553 136,48</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	12	141 354,80	141 354,80
Resultados transitados	12	6 561 287,06	5 745 276,45
Ajustamentos/ outras variações nos Fundos Patrimoniais	12+13	7 270 022,50	7 622 420,13
Resultado líquido do período		987 794,69	816 010,61
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>	12	<b>14 960 459,05</b>	<b>14 325 061,99</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	14	6 049 243,90	6 035 563,82
Soma		6 049 243,90	6 035 563,82
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	1 525 047,33	1 537 954,50
Estado e outros entes públicos	9	530 827,15	493 389,95
Financiamentos obtidos	14	2 926 316,60	2 919 698,88
Outros passivos correntes	16	5 458 305,81	3 241 467,34
Soma		10 440 496,89	8 192 510,67
<b>Total do passivo</b>		<b>16 489 740,79</b>	<b>14 228 074,49</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>31 450 199,84</b>	<b>28 553 136,48</b>

Vila Verde, 25 de fevereiro 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO, N.º 35247

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	17	21 856 341,76	18 920 301,93
Subsídios, doações e legados à exploração	18	2 181 295,59	2 170 389,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(4 457 482,90)	(4 183 047,30)
Fornecimentos e serviços externos	19	(7 662 754,08)	(6 338 223,69)
Gastos com o pessoal	20	(9 700 403,60)	(8 879 625,62)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(261 582,54)	-
Outros rendimentos	21	822 831,81	1 213 100,85
Outros gastos	22	(80 606,09)	(297 142,09)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 697 639,95</b>	<b>2 605 753,66</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 + 6	(1 506 000,50)	(1 551 279,78)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 191 639,45</b>	<b>1 054 473,88</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	-	3,81
Juros e gastos similares suportados	23	(203 844,76)	(238 467,08)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>987 794,69</b>	<b>816 010,61</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>987 794,69</b>	<b>816 010,61</b>

Vila Verde, 25 de fevereiro 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO, N.º 35247

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais nos períodos de 2017 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/o outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	141.354,80	4.850.969,49	8.160.707,62	894.306,96	14.047.338,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	12+13	-	894.306,96	(538.287,49)	(894.306,96)	(538.287,49)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	894.306,96	(538.287,49)	(894.306,96)	(538.287,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	816.010,61	816.010,61
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+5	141.354,80	5.745.276,45	7.622.420,13	816.010,61	14.325.061,99

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/o outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	141.354,80	5.745.276,45	7.622.420,13	816.010,61	14.325.061,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	12+13	-	816.010,61	(352.397,63)	(816.010,61)	(352.397,63)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	816.010,61	(352.397,63)	(816.010,61)	(352.397,63)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	-	-	-	987.794,69	987.794,69
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	141.354,80	6.561.287,06	7.270.022,50	987.794,69	14.960.459,05

Vila Verde, 25 de fevereiro 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO, N.º 35247

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		PERÍODOS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		24 668 926,57	16 410 754,04
Pagamento a fornecedores		(6 753 980,91)	(6 215 848,72)
Pagamentos ao pessoal		(6 185 801,02)	(5 809 720,97)
Caixa gerada pelas operações		11 729 144,64	4 385 184,35
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>			
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		(10 348 706,66)	(2 946 042,29)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 380 437,98	1 439 142,06
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	5	(1 536 343,75)	(1 526 173,10)
<i>Ativos intangíveis</i>	6	(19 544,45)	(18 791,07)
<i>Subsídios ao investimento</i>		-	-
<i>Juros e rendimentos similares</i>		3,80	3,81
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(1 555 884,40)	(1 544 960,36)
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>		3 927 101,19	1 462 239,15
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(3 633 268,40)	(1 203 029,22)
<i>Juros e gastos similares</i>		(223 332,39)	(238 467,08)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		70 500,40	20 742,85
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(104 946,02)</b>	<b>(85 075,45)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	11	347 478,83	432 554,28
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	11	<b>242 532,81</b>	<b>347 478,83</b>

Vila Verde, 25 de fevereiro 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO, N.º 35247



A MESA ADMINISTRATIVA



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 31.450.199,84 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.960.459,05 euros, incluindo um resultado líquido do período de 987.794,69 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual de fluxos de caixa, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 25 de fevereiro de 2019.



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA**

**VILA VERDE**

**PARECER DO DEFINITÓRIO**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2018**

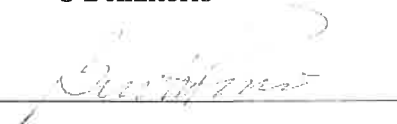
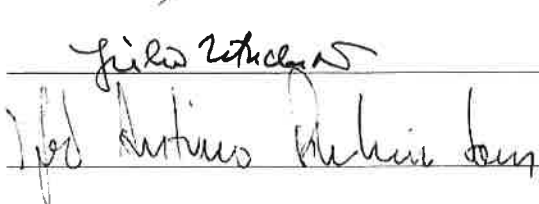
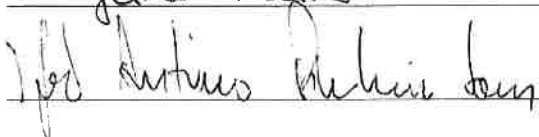
No exercício das competências que lhe são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, vem o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, reunido com a presença de todos os seus elementos, no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezanove, emitir o seu parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2018. -----

O Definitório, depois de analisados os documentos em apreço, destaca, numa apreciação global do Relatório, o cumprimento na globalidade das atividades propostas para cada valência com elevado nível de qualidade dos serviços prestados pela instituição, continuando a dispensar especial atenção às áreas social (idosos, infância e deficiência) e da saúde. Nesta área, merece distinção o Hospital que, com a remodelação do Bloco Operatório aumentou o número de cirurgias e se mantém, com qualidade certificada, em curva ascendente de referenciação e de produção. Referência também, a par da remodelação/ampliação do Lar 1, para a entrada em funcionamento do "Colégio D. João de Aboim". Nas Contas de Gerência, são de referir, em primeiro lugar, o nível de execução orçamental e o crescimento do volume de negócios; e, em segundo lugar, que a situação financeira da instituição apresenta rácios de **solvabilidade** (relação entre capital próprio e o passivo) **de 0.90%**, de **endividamento global** (relação entre dívida total e total de ativos) **de 0.52%** e de **autonomia financeira** (relação entre capital próprio e ativo) **de 0.47%**, que, face ao prescrito no art.º 18º.3 do DL 172-A/2014, comparam, respetivamente, com 50% (solvabilidade mínima), 150% (endividamento global máximo) e 25% (autonomia financeira mínima), enquanto, na rendibilidade, releva o **resultado líquido positivo de 987.794,69€**, acima do ano anterior e, mais uma vez, em linha com os bons resultados a que a equipa desta Mesa Administrativa tem louvavelmente habituado a Instituição. --

Assim, o Definitório ou Conselho Fiscal dá o **PARECER FAVORÁVEL** ao Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2018 da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde.-----

**Vila Verde, 25 de Fevereiro de 2019**

**O Definitório**

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_